® BuscaLegis.ccj.ufsc.br

As transformações capitalistas na agricultura e a questão agrária

Flamarion Dutra Alves*
Vicente Celestino Pires Silveira**

RESUMO: Neste artigo serão abordadas algumas conseqüências socioeconômicas e territoriais do processo de inserção do capitalismo na agricultura brasileira e gaúcha. Para isso, buscou-se em obras clássicas rurais, um referencial teórico sobre a introdução do capitalismo no campo e uma discussão sobre as conseqüências causadas por esse modo de produção.Em seguida, será analisada a questão agrária brasileira principalmente após a década de 1960, quando começa a se instalar um modelo modernizante na agropecuária nacional com a constituição dos Complexos Agroindustriais E esse processo de modernização causou diversos impactos de ordens econômicas, territoriais (estrutura fundiária) e principalmente sociais, como o êxodo rural. Por fim, serão verificados os processos de modernização da agricultura gaúcha, em especial o complexo soja no Planalto Gaúcho, e as conseqüências fundiárias nessa região.

Palavras-chave: Questão Agrária; Modernização da agricultura; Estrutura Fundiária.

ABSTRACT: In this article some socioeconomics and territorial consequences of the insertion process of the capitalism in Brazilian agriculture and *gaucho* will be boarded. For this, one searched in agricultural classic workmanships, a theoretical referential on the introduction of the capitalism in the field and a quarrel on the consequences caused for this way of production. After that, the decade of 1960 will be analyzed the Brazilian agrarian question mainly after, when it starts if to install a farming modernizante model in national

with the constitution of the Agro-industrial Complexes and the this process of modernization caused diverse impacts of economic, territorial orders (agrarian structure) and mainly social, as the agricultural exodus. Finally, the processes of modernization of agriculture will be verified *gaucho*, in special the complex soy in Plateaus *Gaúcho*, and the agrarian consequences in this region.

Key-words: Agrarian question; Modernization of agriculture; Agrarian structure.

INTRODUÇÃO

A agricultura sofreu muitas transformações a partir do processo capitalista no campo e sua maior integração com a indústria, deixando assim de estar separada do setor secundário. Esse maior dinamismo necessário para a constituição do processo capitalista anuncia algumas conseqüências para os pequenos agricultores, pequenos proprietários rurais, camponeses, agricultores familiares ou qualquer outra terminologia que expresse uma categoria com menor posse de terra e renda.

Neste artigo, a questão agrária e o desenvolvimento do capitalismo serão abordadas na ótica de alguns autores clássicos rurais. Em um primeiro momento, se discutirá as transformações na agricultura baseadas nas teorias de Kautsky (1972) originadas em 1899, de Lênin (1985) originadas em 1899 e na obra de Chayanov (1974) originada em 1925, esses autores estudaram a introdução do modo de produção capitalista no campo e suas as conseqüências para o campesinato europeu.

A análise dessas obras e das teorias a respeito da influência do capitalismo no campo são bases para o entendimento do processo de modernização do campo, da concentração fundiária, da integração indústria-agricultura, exclusão do homem do campo no processo capitalista, êxodo rural, ou seja, o maior entendimento sobre a questão agrária.

Em seguida, traremos reflexões sobre a questão agrária brasileira debatendo a criação dos Complexos Agroindustriais frente aos Complexos Rurais, a partir da década de 1960, e os aspectos da modernização da agricultura.

Será trazido um breve panorama do novo dinamismo da agricultura gaúcha após a modernização da agricultura, citando algumas conseqüências socioeconômicas e territoriais

desse processo, como o surgimento do movimento de agricultores sem-terra e a luta pela reforma agrária.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DOS CLÁSSICOS RURAIS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAPITALISMO NO CAMPO

Aqui será visto uma idéia geral das obras clássicas de Kautsky, Lênin e Chayanov no que diz respeito à questão agrária, a fim de elucidar as questões capitalistas na agricultura, principalmente, em relação aos pequenos proprietários rurais.

A superioridade da grande propriedade na obra de Kautsky

Em sua obra *"A Questão Agrária"* publicada em 1899, Kautsky descreve a influência do capitalismo sobre a agricultura, as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX, além de fazer prognósticos para o novo século que se aproximava, com relação à introdução do capitalismo no campesinato.

A idéia central de Kautsky em sua obra é a tese de que a grande propriedade agrícola é superior tecnicamente em relação à pequena propriedade e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como conseqüência, a "industrialização da agricultura". Nesse sentido, a grande propriedade é a melhor "unidade" para desenvolver as atividades capitalistas, logo, a pequena propriedade tende a diminuir ou desaparecer.

Kautsky relata as conseqüências diretas e mais evidentes dos desequilíbrios da produção capitalista, as oscilações e inseguranças que os camponeses enfrentavam ao se inserirem nos moldes do sistema capitalista.

Como conseqüência do capitalismo no campo, ou sinais de sua evolução, pode-se citar o processo de integração indústria-agricultura, extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida. Esse processo determina um novo ritmo na vida do camponês e Kautsky (1972, p.26) afirma que "quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica (...) e mais aumenta a necessidade

de dinheiro para o camponês", ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês ter capital para realizar suas atividades.

Kautsky mostra-se plenamente consciente do fato de que no campo as formas de produção capitalista avançam **inexoravelmente**, e tem bem claro o problema das repercussões que a concorrência transoceânica tivera nos mercados agrícolas europeus.

Já prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, Kautsky afirma que: "A grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a" Kautsky (1972, p.124). Desse modo, se cria uma integração indústria-agricultura, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, e deixa de ser camponês tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado e ficando dependente de atributos que antes não o tinha e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte. Após essas mudanças, o camponês para Kautsky:

> (...) deixa portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação a cooperativa (KAUTSKY, 1972, p.128-129).

Mas Kautsky, não deixou de lado as formas pré-capitalistas e não-capitalistas da agricultura, e questionou qual a função destes no interior de uma sociedade capitalista. O que fazer com esses camponeses que não estariam integrados totalmente no sistema? E qual função deles dentro do sistema?

Nesse sentido, ele faz um contraponto entre a pequena e a grande exploração e afirma que "quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração" Kautsky (1972, p.129). E faz

previsões sobre a pequena propriedade, no qual esta condenada a desaparecer diante da superioridade da grande fazenda capitalista.

As transformações que ocorrem na agricultura com a integração com a indústria torna o agricultor mais vulnerável e dependente do capital, dessa forma Kautsky ao mencionar a transformação na agricultura ressalta que:

> Qualquer progresso nesse sentido terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência (KAUTSKY, 1972, p.160).

Kautsky sinaliza para a evolução do modo capitalista na agricultura e que a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria contrariamente da pequena produção. Mas, não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário, a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para a exploração industrial, no qual forneçam matéria prima e que vendam para a indústria para ela revender posteriormente e ainda, como reserva de mão-de-obra para os períodos que a grande exploração precisar de assalariados (KAUTSKY, 1972).

O autor também enfoca o processo de diferenciação social, e, apesar de admitir a superioridade da grande empresa, deixa claro a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar.

Para isso, Kautsky sugeriu que os camponeses se organizassem, em ligas, para superarem essas dificuldades, ou seja, uma organização coletiva do campo, somente uma organização socialista da produção, no qual poderá um dia resolver seus problemas. Através da socialização entre os camponeses, em uma organização social forte para enfrentar o capitalismo agrário.

Para encerrar, a obra a *"A Questão Agrária"* trás alguns pontos importantes sobre o avanço do capitalismo na agricultura e que ficam perguntas a serem feitas:

- Quais transformações ocorreram na agricultura ao longo do processo capitalista?
- Quais implicações trouxeram aos camponeses, o processo industrial à agricultura?
- Qual tipo de padrão fundiário favoreceu a agricultura capitalista industrial?

- Qual o destino dos camponeses que não conseguirem acompanhar o ritmo do capitalismo na agricultura?

Essas questões serão abordadas posteriormente, com o caso brasileiro e gaúcho da modernização da agricultura.

A desintegração do campesinato de Lênin

Outra obra que marca o estudo do processo de penetração do capitalismo na agricultura é *"O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia"*, publicada em 1899, sob autoria de Vladimir Ilich Lênin, onde é analisada a formação do mercado para o capitalismo, e mostra que a desintegração do campesinato é um processo determinado pelas relações de produção em direção ao capitalismo, e faz ainda uma análise das conseqüências mais importantes da inserção desse sistema na agricultura.

Lênin realizou seu estudo na Rússia e indicou que o processo capitalista estava provocando uma "decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural" Lênin (1985, p.83), ou seja, a modificação do padrão de produção das propriedades e a necessidade do capital para a sobrevivência do homem no campo.

No capítulo II de sua obra, intitulado "*A Desintegração do Campesinato"* Lênin aborda a situação do camponês frente ao processo capitalista, onde o camponês na economia mercantil fica inteiramente subordinado ao mercado, dependendo tanto para seu consumo próprio como também, para sua atividade agrícola. Essa transformação da desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo.

O processo de desintegração do campesinato foi conseqüência de diversos fatores, no qual Lênin pesquisou em um conjunto de dados sobre "arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado" Lênin (1985, p.94). Desse modo, através dessas informações ele formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia, que ocasiona um empobrecimento do camponês e afirmou que esse:

> Não era antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, (...) que

> constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, (...) é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN, 1985, p.113).

Essas transformações decorrentes do processo capitalista no campo faz com que ocorram mudanças nas classes sociais rurais, nesse sentido Lênin afirma que:

> O campesinato antigo não se "diferencia" apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1985, p.114).

Portanto, o estudo de Lênin mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais. Havendo uma oposição de classes, de um lado a burguesia rural e de outro, operários agrícolas. Então "os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil" Lênin (1985, p. 202). Assim, a tese leninista se baseia na desintegração do campesinato, que cria um mercado interno para o capitalismo ocasionando a diferenciação social no campo.

A Unidade Econômica Camponesa de Chayanov

No contexto de reprodução e existência camponesa destaca-se o estudo de Alexander Chayanov na obra *"A Organização da Unidade Econômica Camponesa"*, publicada em 1925, que constitui um importante referencial sobre a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica. Chayanov (1974), não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês, é considerada "marginal" na sua

compreensão. O autor parte da necessidade de consumo, subsistência da família para entender o trabalho camponês.

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov está baseada nos estudos realizados nas economias de produção familiares russas, no início do século XX. Essa teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital. Nesse caso, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não-capitalista, pelo fato, da ausência do trabalho assalariado.

A dinâmica em que a relação consumo-produção em uma unidade familiar seria aumentada, deve considerar o número de trabalhadores da família, a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades básicas de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio (CHAYANOV, 1974).

A explicação da racionalidade camponesa para Chayanov é referente a uma diferenciação demográfica, ou seja, o número de trabalhadores - consumidores da família camponesa como nexo explicativo da sua existência. A questão está deslocada para o consumo e número de membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês, um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo.

Chayanov reconhece que o campesinato está fora do modo de produção capitalista, ele afirma que o campesinato é um modo de produção, pois suas características são: a força do trabalho familiar - unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, a própria família produz seu meio de produção, às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se vêem obrigados a empregarem sua força de trabalho em

atividades rurais não-agrícolas. Assim, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de um empresário rural no qual investe seu capital recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, gerando lucro. Mas sim, apenas uma simples remuneração que o permite ao mesmo, determinar o tempo e a intensidade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra, força de trabalho e capital. Qualquer distorção nesta relação é compensada pela ocupação da força de trabalho em atividades não-agrícolas complementares ou pela intensificação do trabalho (CHAYANOV, 1974).

Para concluir, Chayanov vê nas cooperativas coletivas as únicas alternativas para introduzir a exploração camponesa no ambiente da industrialização agrícola em grande escala. Assim, para continuar no modo de produção camponesa o meio é através da unidade econômica camponesa familiar e caso ingresse no capitalismo, indústria-agricultura, os camponeses devem se aliar e unir-se em cooperativas.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI)

O debate acerca da questão agrária brasileira passa fundamentalmente por dois pontos chaves, o primeiro diz respeito à estrutura fundiária e o outro ponto refere-se à mudança no modo de produzir da agricultura. Neste trabalho algumas considerações são realizadas sobre esses assuntos baseadas em discussões de vários autores, que não concordam com a profunda concentração de terra e renda no Brasil. Este cenário se agravou, a partir da segunda metade do século XX, com a adoção da modernização da agricultura no País.

Estrutura Fundiária

A importância de discutir a situação agrária brasileira é crucial, para que possamos entender os problemas socioeconômicos e territoriais do campo, para tal, o fator preponderante para essa análise passa pelo entendimento da dinâmica da estrutura fundiária, pois o fator que deve estar “em primeiro e principal lugar, é a relação de efeito e

causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária" Prado Júnior (1981, p. 18).

A concentração de terra é um agravante das condições sociais no Brasil, visto que essa concentração excluiu uma maioria de agricultores, Prado Júnior (1981, p.15) sobre esse assunto ressalta que:

> (...) por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta e indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria.

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil é um elemento das disparidades socioeconômicas e a ausência da correção desse problema aliado a um modelo moderno de produção agropecuária favorece a crescente exclusão social no País (gráfico 1).

A agropecuária brasileira nada tem de homogênea, no que diz respeito a posse e divisão, muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados que são, de uma lado, uma pequena minoria de grandes proprietários, de outro lado, a grande maioria da população que vive em péssimas condições, ou seja, um considerável desnível entre dois setores essenciais da agropecuária brasileira: grandes proprietários e fazendeiros; trabalhadores sem terra, ou com insuficiente quantidade de terra (PRADO JÚNIOR, 1981).

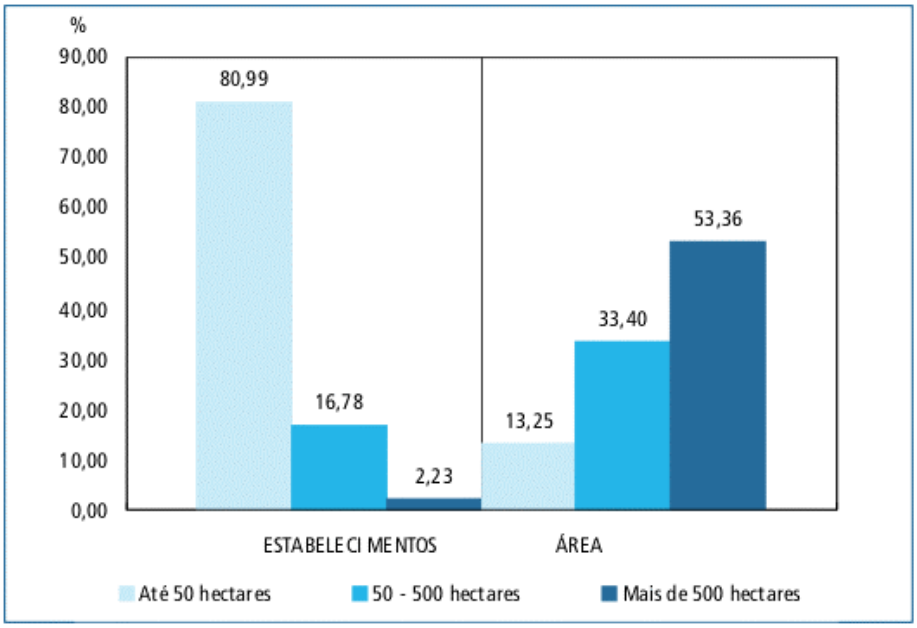

Gráfico 1- Estrutura fundiária Brasileira em estabelecimentos e área, 1995/96.
Fonte:IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996. RS-SCP, 2002.

Observando os dados do gráfico 1, se percebe uma alta concentração fundiária no País, onde cerca de 2,23% de estabelecimentos que tem mais de 500 hectares, em sua grande parte de empresas multinacionais ligadas diretamente a indústrias (Complexos Agroindustriais), preenchem mais da metade das terras brasileiras (53,36%). E quase 81% de estabelecimentos com até 50 hectares está "exprimido" em 13,25% da área territorial brasileira.

Sobre essa desigual distribuição de terras, Romeiro (1994) descreve que essas diferenças fazem parte da história brasileira, sendo que:

> As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial de culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta (ROMEIRO, 1994, p.118).

A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito "o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos (...) e assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita" Prado Júnior (1981, p.43).

No Rio Grande do Sul, a concentração fundiária é menor em relação ao índice brasileiro, porém não menos excludente (gráfico 2).

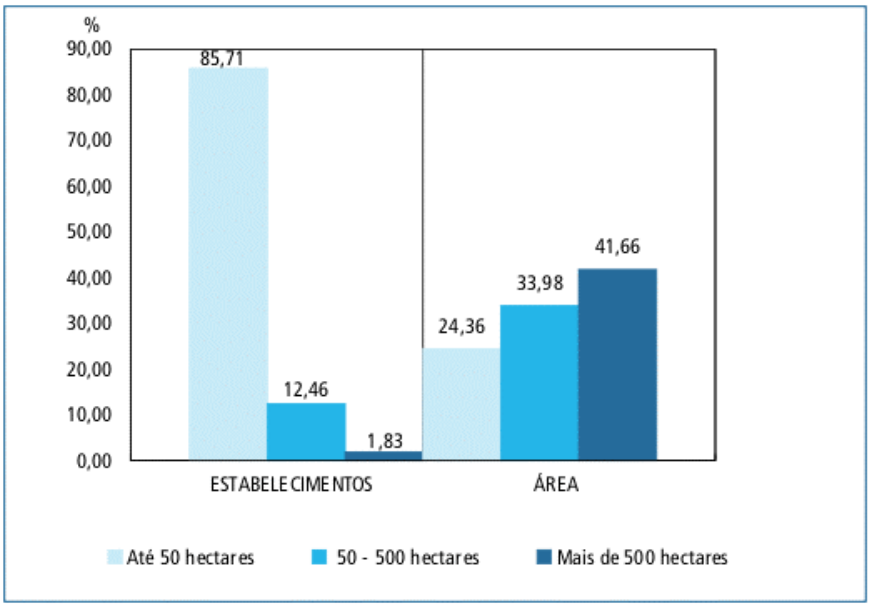

Gráfico 2- Estrutura fundiária do Estado do Rio Grande do Sul em estabelecimentos e área, 1995/96.

Fonte:IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996. RS-SCP, 2002.

Analisando os dados do gráfico 2, verifica-se que 85,71% dos estabelecimentos até 50 hectares, agricultores familiares / camponeses, ocupam cerca de ¼ do território gaúcho, os estabelecimentos de 50 a 500 hectares correspondem a aproximadamente 1/3 do território gaúcho e apenas 1,83% de estabelecimentos, Complexos Agroindustriais da soja e trigo principalmente, ocupam 41,66% da área do Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, a estrutura fundiária brasileira e gaúcha é desigual social e economicamente beneficiando uma minoria em detrimento de uma grande maioria de agricultores sem ou com pouca terra.

Modernização agrícola e aumento das desigualdades sociais e econômicas no espaço rural.

As transformações na agricultura brasileira são discutidas por diversos autores, no que tange a utilização de novas técnicas e o aumento da divisão social do trabalho. O espaço agrário começa a se modificar a partir do ano de 1850, com o fim do Tráfico de Escravos e em 1888 com a abolição da escravatura, pois esses fatos determinaram uma mudança nas relações de trabalho, além da inserção de bases industriais no processo de produção agropecuária, culminando, na década de 1950 com o fim do Complexo Rural.

De acordo com Müller (1989,p.20) no Brasil houve três padrões agrários principais "entre 1870 e 1930 predominou o padrão latifúndio-minifundio, entre esta última data e 1960, (...) surgimento de conexões mais acentuadas entre agricultura e agroindústria. Entre 1960 e 80 passou a predominar o padrão agrário moderno, industrializado".

O Complexo Rural era determinado pelas flutuações do comércio exterior, onde a produção agrícola ocupava apenas parte dos meios de produção existentes. Nas próprias fazendas se produziam não só as mercadorias para exportação, mas também manufaturas e equipamentos simples para produção, transportes e habitação, ou seja, o Complexo Rural não dependia da compras de insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc) e não estava interligado com a indústria havia uma separação dos setores da economia. Esse tipo de agricultura também se denomina de tradicional, onde se caracteriza pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta (BRUM, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1996).

As transformações ocorridas no campo brasileiro a partir de 1960, com a modernização tecnológica da agricultura, influenciou decisivamente no que toca a questão agrária. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal[1]) era necessário modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias

---

[1] CEPAL é o organismo da ONU responsável para a promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina, criado no ano de 1948, que teve como premissas de atividades os seguintes pontos:
Anos 1950: Industrialização; Anos 1960: "reformas para desobstruir a industrialização"; Anos 1970: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e para a diversificação pró-exportadora; Anos 1980: superação dos problemas da dívida externa mediante o "ajuste com crescimento"; Anos 1990: transformação produtiva com eqüidade.
Fonte: http://www.eclac.org

emergentes, eliminando o arcaico do meio rural para desempenhar eficazmente o papel da agricultura promovendo matéria-prima para a indústria nacional que nascia e alimentando a crescente população urbana no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Então, o padrão agrícola brasileiro, começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores.

Esse processo de modernização da agricultura (Figura 1) surgiu junto com a Revolução Verde[2], para proporcionar aumento de produtividade nas propriedades. Essas modificações obtiveram resultados positivos em países que fizeram uma reforma agrária, e significativamente negativa em países que não fizeram uma reforma agrária. Brum (1987) expõe de forma clara sobre a Revolução Verde e a reforma agrária:

> Nos países em que, concomitantemente à 'Revolução Verde', foi implantada a reforma da estrutura agrária, com redivisão e redistribuição das terras, ou se fez alguma alteração estrutural na forma de propriedade, posse e uso da terra, os resultados foram significativamente positivos, com benefícios sensíveis para a maioria da população. Porém, nos países, como o Brasil, em que a 'Revolução Verde não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultaram graves conseqüências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais (...) uma minoria apenas dos agricultores, aqueles que se estruturaram de forma empresarial - a nova burguesia rural - foram mais ou menos favorecidos, enquanto os mais fracos - os pequenos proprietários rurais - foram e vão sendo progressivamente marginalizados do processo. (BRUM, 1987, p.50).

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), dentro do Regime Militar onde se estabeleceu uma nova ordem econômica, vinculada ao capital oligopolista internacional

---

[2] Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. (Brum, 1987, p.44)

consolidando o processo de modernização conservadora, mantendo a grande propriedade e obstaculizando o processo de transformação fundiária e reforma agrária (BRUM, 1987; TAMBARA, 1985).

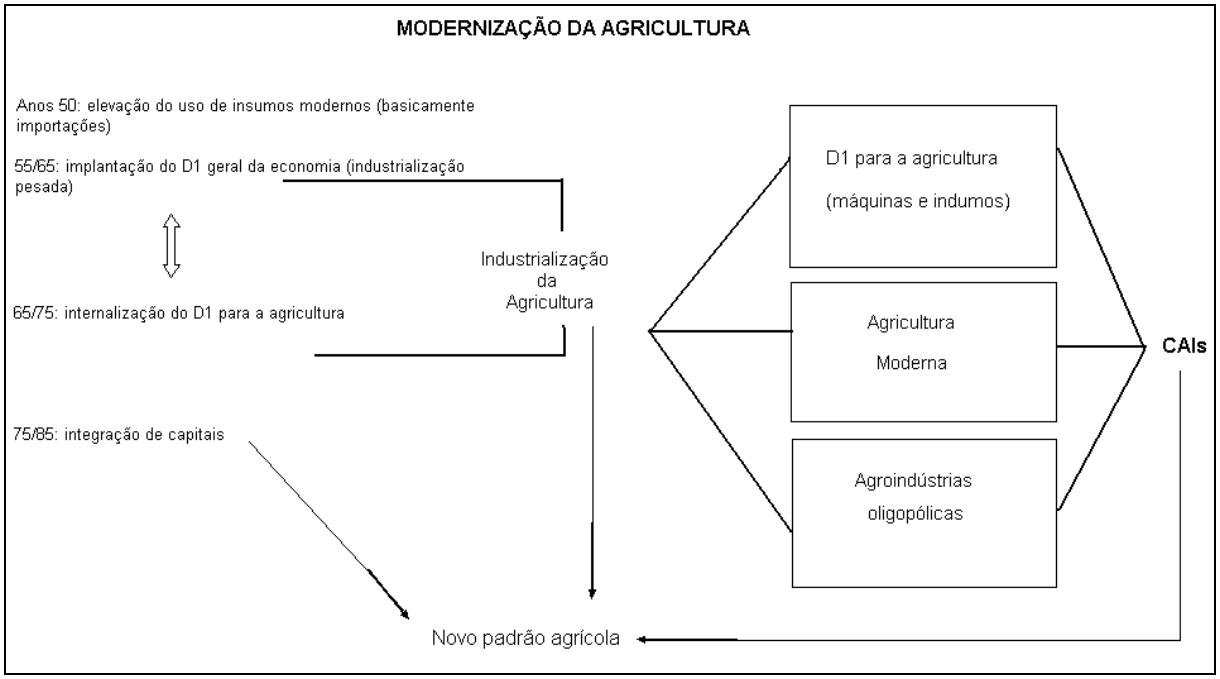

Figura 1 - Processo de Modernização da Agricultura.

D1: Departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura.

Fonte: Graziano da Silva (1998).

Historicamente, no latifúndio[3] a terra foi sempre considerada "reserva de capital". Nessa visão, não se incluía a preocupação em tornar o latifúndio produtivo, com a modernização da agricultura, substitui-se essa visão pela empresarial, em que a terra é fator fundamental de produção, latifúndio passa a ser o atraso e o passado e a empresa rural modernizada, a prosperidade e o futuro. Assim, o rompimento do complexo rural, e o paralelo processo de industrialização, significaram o desenvolvimento da divisão do

[3] Para Graziano Neto (1996, p. 48) Latifúndio é a grande propriedade improdutiva, baseada nas relações "feudais" de produção, dominada pela oligarquia rural. Grande empresa é a propriedade capitalista, com elevada produtividade, baseada na mão-de-obra assalariada, gerenciada por empresários.
Hoje, a empresa rural representa a agricultura profissionalizada diferentemente do latifúndio, mas há uma semelhança básica: ambas significam a grande propriedade, que permanece ainda dominando o campo, agora sob nova dinâmica.

trabalho e a constituição do mercado interno. (BRUM, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O Estado atuou com força para a integração indústria-agricultura, sobre tudo através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e a toda bateria de políticas incentivadoras das exportações. Dessa forma, o processo de integração indústria-agricultura foi designado por de Complexo Agroindustrial, onde o padrão agrário brasileiro entra em transformação:

> A produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que têm nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica na mudança de padrão agrário (MÜLLER, 1989, p.18).

O Complexo Agroindustrial no entendimento de Müller (1989, p.23) "é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias", assim, para se produzir nas atividades agropecuárias deve ser de forma dinâmica e moderna.

Antes os Complexos Rurais eram de certa forma independente, a agricultura produzia os seus próprios implementos e hoje são adquiridos de externamente.

O processo de modernização eleva o consumo intermediário na agricultura, indicando uma crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. O processo da constituição dos Complexos Agroindustriais e a dinâmica da modernização da agricultura, causou dois efeitos latentes para a sociedade, conforme argumenta Graziano da Silva:

> Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade (...) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi

> excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo (1994, p. 138-139).

A moderna agricultura esconde alguns "desequilíbrios" inevitáveis e indesejáveis, como a concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e a concentração da renda. Pois, "o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria" Graziano da Silva (1994, p.139).

Quando se fala da superioridade econômica do Complexo Agroindustrial, Graziano da Silva (1999, p.116) afirma que "é preciso ressaltar que essa inequívoca superioridade decorre, em grande parte, dos privilégios com que a grande produção agrária foi contemplada durante os 20 anos da ditadura militar". A modernização da agricultura beneficiou o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total.

Para Romeiro (1994, p.125) o grande problema da "modernização conservadora" é que

> O aumento da produção agrícola acompanha necessariamente o processo de crescimento econômico, mas não é condição suficiente para que haja desenvolvimento socioeconômico, entendido este último como um processo que eleva a qualidade de vida da população como um todo.

Nesse contexto, "a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos 1970, no sentido de evitar qualquer tipo de acesso a terra aos trabalhadores rurais brasileiros" Graziano da Silva (1999, p.117). E ainda mais, o Estado foi o "suporte" para o aumento dessa desigualdade socioeconômica, com políticas de crédito e financiamento. A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é

considerada o carro-chefe da política de modernização até o final dos anos 1970 (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Dentro dessa situação, as políticas agrícolas, beneficiaram a expansão da modernização da agricultura, favorecendo uma minoria, excluindo uma parcela de agricultores, concentrando terra e renda. Com relação às políticas agrárias, Graziano da Silva (1999) afirma que há duas grandes vertentes, uma social e outra produtivista. E que a reforma agrária pode às vezes tender mais para um lado social ou para um lado produtivista. O autor afirma que a:

> Reforma Agrária brasileira nos anos 80 se justifica como uma política social, independentemente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver a problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais deste País têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.101).

Graziano da Silva ressalta a importância de manter o trabalhador rural no campo para evitar problemas de marginalização nos centros urbanos e que a "solução é evitar sua vinda para a cidade, segurando o trabalhador rural no campo num trabalho produtivo, se possível. Senão, que lhe permita, ao menos, produzir sua subsistência ou parte dela" (Graziano da Silva, 1985, p.35). Acredita ainda que não há outra maneira de reverter o processo de concentração - não de propriedade, mas de renda - no campo sem fazer uma Reforma Agrária.

Um dos problemas da modernização da agricultura é que ela criou um problema a mais em termos sociais, quando expulsa os agricultores do campo para cidade, marginalizando, residindo em favelas. Nesse caso, "a modernização da agricultura não foge a regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana" observa Graziano da Silva (1999, p.135).

Em relação ao padrão tecnológico, percebe-se que os pequenos produtores não foram totalmente absorvidos pelo processo, que:

> (...) o fator limitante da modernização no setor camponês parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.138).

Observa-se que a pequena propriedade familiar é a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura. Como há necessidade de plantar máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba por abdicando a lavoura de subsistência.

Portanto, a exigência de escala mínima de produção é fator determinante para os pequenos agricultores abandonarem suas atividades levando milhares de agricultores a sua ruína. Como expõe Graziano da Silva (1999, p.135) "Se a modernização da agricultura tende a agravar as já agudas desigualdades sociais, deve-se, então, tentar abrandar seus efeitos freando o próprio processo? A 'solução' é uma agricultura tecnologicamente atrasada, porém, socialmente justa?".

AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO GAÚCHO COM A CRIAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

O processo de modernização da agricultura, iniciado na região do Planalto Gaúcho (figura 2) após a Segunda Guerra Mundial, foi primeiramente centrado na produção de trigo. Através da triticultura começava a implantar-se um processo de transformações profundas nas técnicas de cultivo e manejo do solo, bem como nos demais aspectos da economia e da sociedade. E nos anos 60 e 70, as lavouras mecanizadas de trigo e soja expandiram-se para toda região do Planalto Gaúcho, bem como para outras áreas do Rio Grande do Sul (Brum, 1987).

A ênfase dada à expansão da monocultura da soja, através dos vários incentivos, levou, contraditoriamente, ao abandono de grande parte das culturas tradicionais de subsistência, obrigando o País a importar volumes apreciáveis destes produtos para abastecimento interno

A atividade agrícola tradicional realizada pelo agricultor da pequena propriedade tinha como objetivo produzir alimentos para alimentar a população, mas na agricultura modernizada o objetivo primeiro não é atender as necessidades alimentares da população, mas gerar lucros (Brum,1987).

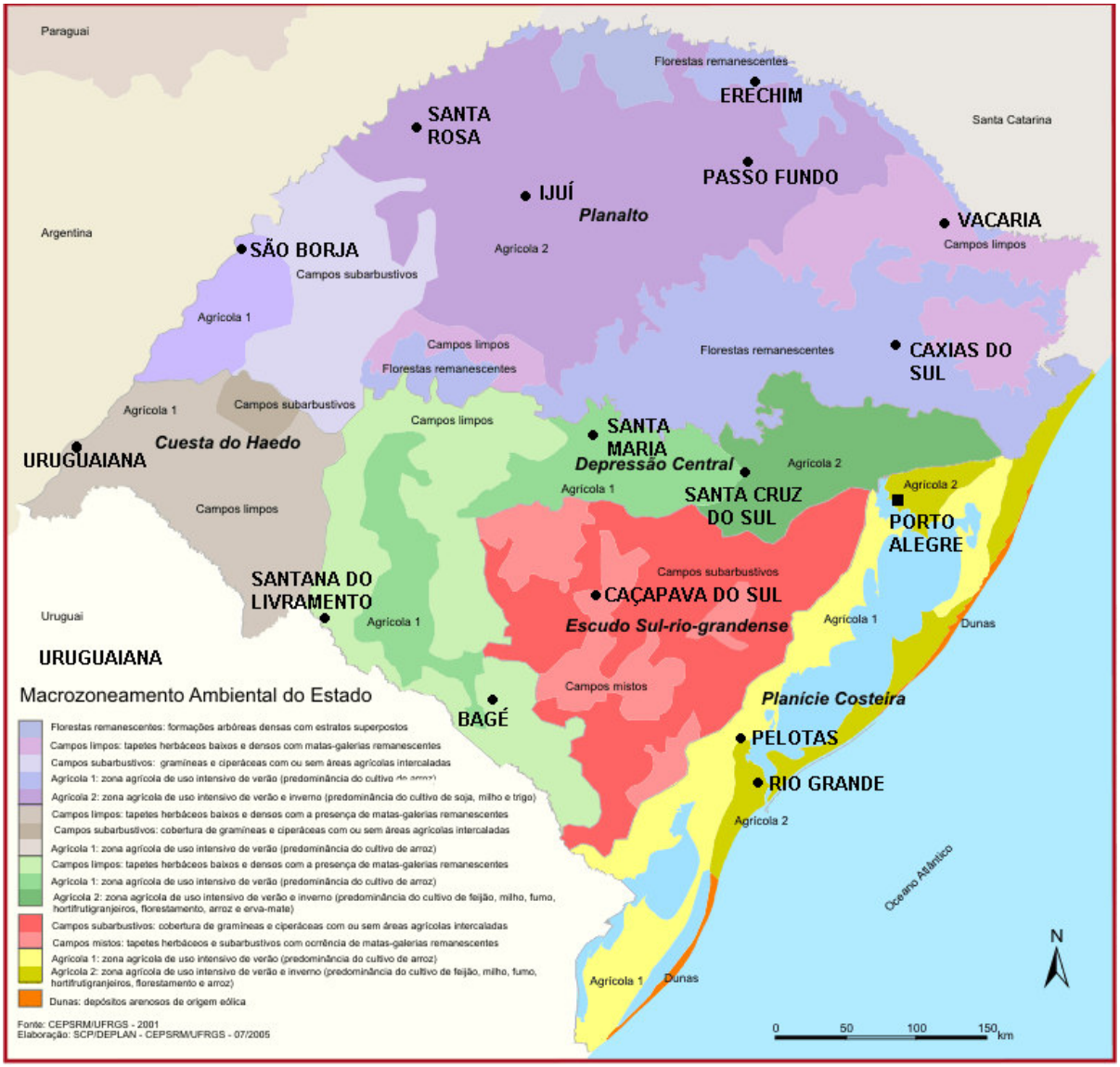

Figura 2- Zonas ambientais e geomorfológicas do Rio Grande do Sul.

Evidentemente, o forte êxodo rural dos tempos modernos se iniciou nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorreu primeiro e de forma mais intensa, como por exemplo no Rio Grande do Sul, na região do Planalto (Erechim, Passo Fundo, Ijuí). Essa superpopulação relativa expulsa do campo veio se juntar em torno das

cidades e torna desnecessária a reserva de mão-de-obra que era representada pela pequena produção

Dessa forma, a mecanização da agricultura expulsa os pequenos agricultores dando lugar ao Complexo Agroindustrial altamente tecnológico e mecanizado, que dispensa uma quantidade relativa de trabalhadores rurais. Assim, a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de 1960/70:

> (...) foi ainda muito mais acelerada do que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.12).

Esse processo de modernização do Rio Grande do Sul resultou na expropriação de pequenos produtores, em particular daqueles que detinham formas precárias de acesso a terra, ocasionando um aumento do êxodo rural (Tabela 1)

Tabela 1- Participação Percentual da população rural (R) e urbana (U) no RS.

RS	**1920**	**1950**	**1970**	**1980**	**2002**
URBANA	26,44	34,14	53,31	67,55	82,72
RURAL	73,56	65,86	46,69	32,45	17,28

Fonte: IBGE - Censos demográficos.

Conforme a tabela 1, houve um aumento gradativo da população urbana no Rio Grande do Sul, onde em 1920 a população rural correspondia a 73,56% do total do Estado e em 2002 esse percentual caiu para 17,28%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização nos campos gaúchos teve como conseqüência a expulsão de milhares de agricultores das terras que ocupavam, conformando a materialização de focos de movimentos sociais no campo na luta pela terra. .Assim, o desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, principalmente com a modernização da agricultura a partir das décadas de 1960/70, agravou as condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a mecanização dos processos produtivos, contribuíram para a formação de uma "população sobrante" em áreas rurais, especialmente na região norte do Estado (MEDEIROS & LEITE, 1999).

A emergência por novas áreas para esta "população sobrante", vem junto com os ideais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que através da reforma agrária, seria o caminho para romper com o padrão latifundiário existente em algumas regiões brasileiras, povoar e produzir em áreas estagnadas, como no caso da Metade Sul.

Os integrantes do movimento sem-terra constituem-se de pessoas oriundas tanto do processo de expulsão do homem do campo pela mecanização da lavoura quanto ao processo de subdivisão das terras que não permitia mais seu assentamento em suas regiões de origem.

O processo de aglutinação das propriedades no Planalto Gaúcho se acelera na modernização da agricultura, devido principalmente pela expansão da lavoura de soja. Desta forma, o desenvolvimento agrícola e a miséria rural são duas faces do mesmo processo. Enquanto, por um lado, há um processo de tecnificação e modernização baseada no crédito relativamente abundante, de outro lado nota-se a existência ainda de uma agricultura tradicional de subsistência subordinada e explorada pelos interesses do setor mais desenvolvido.

Deve-se procurar estabelecer um equilíbrio entre a penetração capitalista no campo, que de certa forma é inevitável, e a utilização de força de trabalho, abandonando as técnicas exageradamente poupadoras de mão-de-obra, Há, portanto, necessidade de uma reorientação no processo de desenvolvimento da política agrícola e agrária sendo necessário a reforma agrária, ou seja, uma alteração na estrutura fundiária que transforme as relações sociais atualmente existentes no campo e ainda melhores condições para os assentamentos rurais já existentes, pois os Governos ao não dar assistência mínima, infra-estrutura básica, transfere as favelas urbanas para o campo.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL -SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO RS. Disponível em: <www.scp.rs.gov.br>. Acesso em: 12/04/2006.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura:** trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1987.p.200.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE- Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em 05/12/2005.

GRAZIANO NETO, F. **Qual Reforma Agrária?** Terra, Pobreza e Cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____.**Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p.137-143. *In*: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

KAUTSKY, K. A Questão Agrária. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. p.105-136. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS,1994.

TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

* Lic. Em Geografia-UFSM, Mestrando em Extensão Rural - UFSM. E-mail: dutrasm@yahoo.com.br

** Prof.Dr.Adj. do Dep. de Educ. Agrícola e Ext. Rural - UFSM. E-mail: vicentesilveira@smail.ufsm.br

Disponível em: <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:o44piNd3U6AJ:www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1155347102_72.doc+direito+agrario+filetype:doc> Acesso em.: 27 nov. 2007.